



DE : PROCURADORIA JURÍDICA

PARA : COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 055/2020 – Pregão Eletrônico nº. 030/2020

PARECER JURÍDICO INICIAL

PREGÃO ELETRÔNICO. “Modalidade de licitação própria para bens e serviços considerados comuns pelo mercado (fornecedor e consumidor) e serviços comuns de engenharia, qualquer que seja o valor estimado, sempre pelo menor preço, sendo a disputa feita pela plataforma COMPRAS GOVERNAMENTAIS em sessão pública por propostas digitais e possibilidade de lances e negociação, na qual se verifica, a posteriori, as condições habilitatórias do proponente com o menor preço ofertado”.

A Secretaria Municipal de Saúde solicita Parecer sobre o procedimento a ser adotado para a aquisição 01 (um) ventilador pulmonar eletrônico para a referida secretaria em combate à COVID 19.

Primeiramente, importante mencionar que tem o gestor público a discricionariedade de optar pela contratação do objeto que melhor atenda ao interesse público, não podendo a assessoria jurídica adentrar no mérito dessa escolha. Sendo assim, a procuradoria jurídica cabe apenas o exame prévio e das minutas de edital.

4.



Há dotações orçamentárias sob as rubricas 2.042.4490.52.00.00-1689, a fim de assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da compra a ser realizada.

O Processo Licitatório deverá ser fundamentado na Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, c/c os artigos 37, XXI e 175, "caput", da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – as quais dispõem sobre o ato administrativo no tocante às compras e serviços.

A Comissão de Licitação observará as condições exigíveis para aquisição, nos termos do artigo 4º, Inciso I, da Lei nº. 10.520 e do artigo 3º, "caput", da Lei nº. 8.666/93, e Decreto nº 10.024/2019, respeitando os princípios da legalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e de julgamento objetivo.

Por trata-se de assunto referente ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do vírus COVID 19, deve-se analisar a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, com relação ao prazo do pregão eletrônico – *que pode ser reduzido pela metade conforme previsto no artigo 4º G-*, confira-se:

Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

Consta nos autos pesquisa de valor referencial, e cotação de preços, bem como Declaração do Ordenador de despesas, com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
PROCURADORIA JURÍDICA

Fone/Fax: (43) 3623-2232



PARANÁ

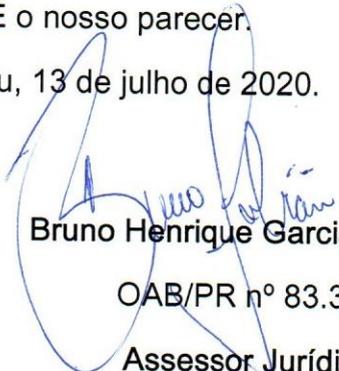
Ainda em análise, consta no processo minuta do instrumento convocatório para tal, instruído de edital de licitação, especificações do objeto, modelo de proposta de preços, modelo de procuração para a prática de atos concernentes ao certame e modelo de declaração da proposta da proteção ao trabalho do menor.

Consta ainda no presente edital a documentação que os interessados deverão apresentar para que sejam considerados habilitados.

Assim, conclui-se que o presente edital está formalmente perfeito e consubstanciado nos fundamentos legais exigidos, conforme determina a legislação aplicável ao Direito Público.

S.M.J, É o nosso parecer.

Porecatu, 13 de julho de 2020.


Bruno Henrique Garcia Fabiani

OAB/PR nº 83.361

Assessor Jurídico